



GT – 17: Produção e reprodução do espaço urbano – teoria e prática

SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL E OBJETOS TÉCNICOS RACISTAS

Pensando uma teoria da segregação socioespacial por meio de *A Natureza do Espaço* de Milton Santos

João Alves de Souza Neto
UNICAMP

joaosouzacontato@gmail.com

(ATENÇÃO: Não se identifique na primeira submissão)

RESUMO: O presente texto aborda a segregação socioespacial no contexto urbano brasileiro através da análise dos objetos técnicos racistas. Afirmamos que os objetos presentes no espaço urbano possuem, em si mesmos, um caráter racista. Milton Santos, com sua ontologia do espaço, e Robert Ezra Park, com sua ecologia humana, são fundamentais para esta análise. O objetivo do artigo é compreender como os objetos técnicos contribuem para a segregação socioespacial. Especificamente, busca-se discutir a relação entre racismo e objetos técnicos no espaço urbano, destacando os impactos no cotidiano das populações racializadas. O método utilizado envolve uma breve revisão teórica e a análise crítica dos objetos técnicos no ambiente urbano. Pode-se apontar com certo embasamento que os objetos técnicos perpetuam a segregação socioespacial com recorte racial ao moldar as possibilidades de ação dos indivíduos a partir da sua racialização diferencial. Ao final do texto, destaca-se a necessidade de se repensar o planejamento urbano para implicar a solução da problemática dos objetos técnicos racistas.

Palavras-chave: segregação, técnica, racismo, epistemologia, emancipação.

1. INTRODUÇÃO

Existem diversas situações cotidianas onde o racismo se apresenta como problema geográfico ligado aos objetos do espaço urbano. Podemos elencar a porta-giratória ao adentrar um banco, os seguranças nas entradas dos prédios comerciais e residenciais, os equipamentos de policiamento ostensivo que populam as centralidades da cidade e outros objetos que são signos da sua existência, como câmeras, policiais, viaturas, e, também, o custo de acesso aos objetos, como bares e restaurantes, ou de superação da distância em relação a eles, para acessar

uma boa universidade pública gratuita, os monumentos históricos da cidade que apresentam os heróis da nação, como os bandeirantes e seus descendentes reais ou simbólicos etc. O racismo se apresenta de modo difuso em várias marcas do espaço, daí que sua geografia é um dado importante para se pensar a questão racial da geografia.

A nossa hipótese de trabalho é que esses objetos presentes no espaço urbano possuem, em si mesmos, um caráter racista. Os objetos que compõem o espaço urbano podem ser inerentemente racistas. Essa hipótese aparentemente óbvia precisa ser defendida, pois a experiência cotidiana oficial da cidade não encaminha essa experiência. Há leis que proíbem a discriminação racial em elevadores e no comércio, por exemplo; há o crime de racismo e de injúria racial; o fato de sermos uma república democrática também faz com que, politicamente, todos os brasileiros tenham, independente da raça, o mesmo peso político por meio do voto. Sueli Carneiro (2023) contrapõe esse aspecto republicano diante do fato do racismo à prática de concepção e aplicação das leis, que legisla e executa a discriminação racial na realidade social efetiva. A aparente neutralidade das câmeras, das portas-giratórias, das fachadas e projetos arquitetônicos é contrariada por uma série de relações sociais que investem significado racista nesses objetos. Cabe, aqui, pensar uma extensão do conceito de objeto técnico de Milton Santos (2011) para enquadrar essa realidade aparentemente neutra dos objetos do cotidiano das cidades.

Para tanto, o nosso método de exposição se dará da seguinte forma. Em primeiro lugar, apresentaremos a ecologia humana da sociologia urbana da Escola de Chicago, na figura de seu patrono Robert Ezra Park (2018) enquanto uma teoria do planejamento urbano e da segregação socioespacial. Há, na perspectiva desse autor, uma naturalização de certas relações sociais e espaciais históricas, advinda do fato de que, para o autor, a cidade expressa socioespacialmente a natureza humana. A ecologia humana apresenta o espaço urbano como um conjunto dividido em si a partir dos seus componentes, os indivíduos e seus modos de comportamento social e urbano. Aqui, temos a cidade vista de cima.

Essa teoria ecológica da cidade mostra sua dinâmica de segregação como processo natural e, portanto, geral. Como a cidade aparece do ponto de vista dos indivíduos que a compõem e se comportam nela? Discutir a teoria miltoniana da geografia e sua ontologia do

espaço, portanto, será fundamental. A sua teoria da geografia procura elaborar como os sujeitos podem perceber a dinâmica do ambiente construído e o modo pelo qual ele pode agir diante desse conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações, como afirma Milton Santos (2011). Neste contexto, a cidade da sociologia urbana aparece como conjunto de objetos técnicos com um horizonte de atuação condicionado previamente, práticos-inertes. Aqui, temos a cidade vista de seu coração dinâmico, da sua essência.

Discutir o racismo e a relação deste com os objetos técnicos nos possibilita entrever como o condicionamento das ações sobre estes objetos tensiona as dinâmicas dentro da cidade. O racismo aparece como uma cisão do sujeito que pode atuar na cidade, e, portanto, como uma cisão a respeito de quem será o outro sujeito da nossa ação diante do mundo. Nesse sentido, a cidade aparece como subdividida nas possibilidades de atuação no espaço, condição da segregação social. A solidariedade se encontra dificultada pelo horizonte imposto por essa intersecção entre racismo e objeto técnico, fazendo com que os objetos técnicos racistas sejam um obstáculo à solidariedade da população oprimida. A cidade, neste caso, é vista a partir de baixo, do banal e do miúdo.

2. A SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL COMO FENÔMENO URBANO

A segregação socioespacial é um fato histórico. Ela se apresenta como uma espécie de tradução sociológico-geográfica das divisões que ocorrem na produção econômica sob o capitalismo. Como Marx e Engels (1999) apontaram, a divisão de classes em duas classes principais, burgueses e proletários, é uma tendência do modo de produção capitalista, fazendo com que diversas classes sociais, entre exploradores e proprietários, de um lado, e explorados e produtores, de outro, coexistam em um mesmo momento histórico. O modo dessa coexistência aparece expressa enquanto segregação socioespacial nas divisões de classe social e nos lugares onde cada um vive. Esse fato apareceu de diversos modos diferentes ao longo da história, o que não exclui as possibilidades de inclusão dessas formações dentro de um mesmo processo de

desenvolvimento geográfico desigual do capitalismo, para dialogarmos com Neil Smith (2010). Assim, pensar a segregação socioespacial é pensar como ela historicamente tem se dado.

De algum modo, a questão da segregação aparece na geografia urbana brasileira desde muito tempo, conforme Maurício de Abreu (1994) nos apresenta. Essa preocupação, porém, se transformou ao longo do tempo. De uma preocupação com os pobres e a pobreza, diante de espaços de riqueza, de uma fase mais tradicional, com inícios em autores como Pierre Monbeig (1943), para uma fase crítica, seja neoliberal, seja marxista, como o autor classifica, onde a segregação socioespacial aparece como expressão do desenvolvimento econômico, corruptela da perspectiva teórica do capitalismo, no primeiro tipo de crítica, ou inerência do desenvolvimento capitalista, no segundo tipo. Nossa filiação está no segundo tipo de crítica, por acreditarmos que ela de fato aponta para uma teoria crítica que possibilite uma prática efetivamente transformadora da realidade social histórico-geográfica em que vivemos.

Houve transformações da segregação socioespacial ao longo da história brasileira. Pedro Vasconcelos (2004) e Teresa Caldeira (2011) concordam que uma primeira forma de segregação socioespacial no Brasil se apresenta como segregação residencial. Em uma cidade ainda pequena, membros das classes dominantes habitavam casas suntuosas que procuravam reproduzir as casas-grandes, enquanto os membros das classes dominadas habitavam moradias precárias e sobretudo coletivas, reproduzindo a figura anterior das senzalas. Essa primeira forma se expande horizontalmente na medida em que a cidade cresce, fazendo com que a segregação residencial não seja a forma dominante de segregação socioespacial.

Pedro Vasconcelos (2004) argumenta que após o fim do século XIX, essa primeira versão de segregação socioespacial perde força, fazendo com que a segregação residencial não seja tão relevante para compreender o espaço urbano hoje. Teresa Caldeira (2011) aponta que as figuras do centro (e, posteriormente, dos centros, ou centralidades) e da periferia (posteriormente, periferias) começam a se tornar importantes. Os membros das classes dominadas não somente moravam mal como antes, mas moravam, sobretudo, longe. Os espaços destinados às classes dominantes poderiam estar livres da ambiência cadavérica típica da pobreza da classe trabalhadora.

Teresa Caldeira (2011) apresenta um novo tipo de segregação socioespacial. Com a produção do espaço urbano novo sobre o espaço urbano velho já produzido, e a ocupação de espaços mais distantes possibilitada pelo avanço tecnológico dos meios de transporte e de comunicação, institui-se novas fronteiras urbanas no final do século XX. Os enclaves fortificados aparecem como modo principal da segregação socioespacial. Pensando em uma perspectiva histórica, o enclave fortificado, com sua segurança típica em várias camadas para manter seguro os de dentro e livrá-los dos conflitos de fora trazidos pelos outros, pode ser visto como a realização de um desejo das classes dominantes historicamente gestado. Agora, pode-se morar perto ou longe dos pobres, não importa, pois o condomínio fechado (como é conhecido popularmente) institui a segregação socioespacial com seu aparato tecnológico. Se considerarmos os meios de deslocamento, os veículos blindados e os helicópteros fecham a equação quando se considera a necessidade de se atravessar o mosaico urbano permeado pelo outro.

3. AS REGIÕES NATURAIS DA ECOLOGIA HUMANA

Ilustrativo de como a segregação socioespacial não é um fenômeno isolado, brasileiro ou metropolitano brasileiro, mas geral, próprio ao desenvolvimento geográfico desigual da economia capitalista, está em como a Escola Sociológica de Chicago apresenta o espaço urbano como naturalmente segregado. Autor seminal dessa perspectiva ecológica sobre o urbano é Robert Ezra Park (2018). Para ele, a cidade expressa o pináculo espacial da natureza humana: um ambiente construído onde os meios para se deslocar de um lugar a outro, e os próprios lugares, são artificiais.

Aspecto importante dessa cidade, sobretudo Chicago, mas cidade da centralidade capitalista do século XX, no território estadunidense, é a segregação entre seus indivíduos. Para se compreender isso, faz-se necessário entender que a visão de espaço urbano dessa escola teórica coloca-o como um ambiente construído, de um lado, como já dito, e, de outro lado, como onde o comportamento individual ocorre. A relação entre os indivíduos da sociedade é

analisada a partir dos modos de comportamento que um indivíduo estabelece com o seu meio, que comporta as ações dos indivíduos. A cidade, então, comporta os indivíduos em suas ações, desejos, profissões etc., isto é, seus interesses e gostos, sendo um reino próprio à expressão humana. Essa expressão do indivíduo humano depende das condições disponíveis no meio para tal, fazendo com que a escassez de uma coisa visada ou a rejeição de outros indivíduos (por questões ligadas à defesa de seus grupos, das coisas que eles possuem e não querem dividir, de status dentro de grupos, dentre outras razões ligadas aos interesses e gostos individuais organizados em grupo) seja determinante para a migração dos indivíduos dentro do espaço urbano (ou de um espaço urbano para outro). Nesse choque que se estabelece entre desejos, ações, necessidades de sobrevivência, realização da profissão, dentre outros comportamentos dos indivíduos, eles se vêm na necessidade de se associarem em grupos para sobreviverem. Caso um certo grupo não esteja disponível, o indivíduo deverá procurá-lo e encontrá-lo, o que supõe criá-lo diante de sua inexistência, fazendo com que a migração individual esteja relacionada ao grupo. Para o autor, a cooperação é, portanto, a base para a descrição da sociedade. Porém, a competição é uma realidade, daí que conceber a realidade social como cooperação competitiva conecta a sociologia urbana com uma perspectiva ecológica importante nesse sentido, a ecologia humana, como aponta Eufrasio (2013). A cidade expressa a segregação de seus indivíduos que visaram se agrupar do modo mais confortável para eles mesmos.

Essa dinâmica entre indivíduos e o meio urbano, ambiente construído e em construção, com seus comportamentos, mobilidade individual e constituição de grupos de gostos e interesses em comum, faz com que a cidade expresse, ao longo de sua história, regiões naturais. Essas regiões são naturais, na perspectiva de Park (2018), pois essa dinâmica ecológica ocorre apesar da consciência individual daqueles que vivem nesse meio. As regiões naturais possuem agrupamentos humanos específicos, separados sobretudo por profissões e raça (o que acaba por incluir questões nacionais). Nesse sentido, a segregação socioespacial é algo natural.

4. PLANEJAMENTO URBANO E OS CONCEITOS DE HABITAT E SITUAÇÃO

Na sociedade capitalista, Estado e Mercado, aquele em função deste, constróem o espaço urbano por meio dos trabalhadores, como elabora Raquel Rolnik (2022) ao apresentar o desenvolvimento urbano desigual paulistano e Neil Smith (2010) ao tratar da escala urbana dentro do desenvolvimento desigual do capitalismo. Todo espaço urbano, para tanto, passa por uma projeção do aspecto do seu ambiente construído futuro, para, assim, e por meio disso, determinar as etapas necessárias para se auferir maiores lucros possíveis com o espaço urbano em transformação. Espaços centrais, onde se acumula maior quantidade de trabalho investida na produção do espaço urbano, e espaços periféricos, que se encontram em situação oposta em relação a essa posição quantitativa do trabalho, passam por planejamento. Compreender isso é importante para se compreender que as regiões naturais da cidade, em que pese as suas diferenças inerentes e não serem produto da escolha individual, são resultados do acúmulo de trabalho ordenado pelo Estado e pelo Mercado.

O planejamento urbano constrói, na medida em que seu resultado se expressa em regiões naturais para os comportamentos urbanos, habitats para os indivíduos urbanos. Habitats são situações em que a vida urbana pode acontecer. As regiões naturais indicam que os modos de vida ocorrentes na cidade são, em alguma medida, padronizados, homogeneizados, em que pese os indivíduos darem dinâmica a essa formatação, expressando a correlação entre região natural e espaço onde certo tipo de trabalhador vive. Em alguma medida, podemos entrever os gêneros de vida lablachianos e seu possibilismo aqui. A Escola de Chicago de Sociologia Urbana, porém, compreende que essas possibilidades criativas humanas estão condicionadas por relações vegetativas próprias à ecologia das plantas, isto é, há um certo determinismo. Faz mais sentido abordar as regiões naturais como condições de vida específicas, produzidas desigualmente ao se produzir socialmente o espaço urbano dentro da lógica capitalista. Essas regiões naturais, aqui, são resultados da intersecção entre o planejamento urbano e os comportamentos individuais, que dão meio e dinâmica, respectivamente, à cidade. Cada

situação específica dessa intersecção apresenta um horizonte cotidiano possível na cidade. Cada situação é um modo de viver, habitar, a cidade diferente para cada porção de indivíduos da população urbana.

5. A TEORIA MILTONIANA DA GEOGRAFIA DE A NATUREZA DO ESPAÇO

A teoria miltoniana da geografia possibilita dar uma profundidade à análise do espaço urbano dentro de uma lógica segregacional, sobretudo a partir da perspectiva de quem a vivencia em seu cotidiano. Esquemáticamente, a ontologia do espaço de Milton Santos (2011) pode ser descrita como centrada na técnica como um diagnóstico de que as ações e os objetos são mediados hoje em dia por uma cristalização refletida das relações sociais, o que aparece geograficamente como ambiente construído. O espaço geográfico, assim, é um conjunto de ações e objetos interconectados e interdependentes, que também é fruto de projeções de sentido sobre o campo de possibilidades que se deve atender. Isto é, o conjunto indissociável de sistemas de ações e sistemas de objetos, no contexto do meio técnico-científico-informacional, é atravessado pela técnica, que impõe um certo horizonte de intencionalidade às situações que os sujeitos podem vivenciar em seu cotidiano. Em relação ao espaço urbano, isso significa dizer que ele é um tipo de porção do espaço geográfico dominado por ações e objetos técnicos cujo horizonte de possibilidades está condicionado pelas finalidades impressas nos objetos nos seus diversos lugares e nas ações que eles comportam. Assim, as regiões naturais, enquanto seções, subespaços dentro do espaço urbano, impõem um certo conjunto técnico específico de objetos e ações.

Esses objetos técnicos importam um conjunto de utilidades para quem depende deles no cotidiano, porém, impõem também um certo horizonte de sentido para a vida. Daí que o conceito de prático-inerte sartreano possibilita compreendê-los melhor, como mesmo aponta Milton Santos (2011). O planejamento urbano faz com que esses objetos técnicos possuam uma certa finalidade restrita que limita as ações dos sujeitos sobre eles de modo a fazer com que os sujeitos que interagem com eles sejam meros reprodutores. Isso pode ser percebido no território

usado, como observado nas linhas de ônibus que conectam as periferias às centralidades de uma cidade, nas escolas onde os trabalhadores são formados, assim como nas próprias moradias, na medida em que elas existem de modo interdependente com toda a dinâmica da cidade. Os equipamentos de segurança espalhados pela cidade são expressão pontual dessa dinâmica sistêmica dos objetos técnicos. Para os indivíduos da classe trabalhadora da cidade, a cidade se apresenta como um horizonte limitado de atuação sobre esses objetos. Para eles, a cidade aparece como meio de sobrevivência.

6. OBJETOS TÉCNICOS RACISTAS NO ESPAÇO URBANO COTIDIANO

No cotidiano da cidade, seus habitantes lidam com uma série de objetos técnicos. A segurança dos enclaves fortificados, as linhas de ônibus, os shoppings, os hospitais, as escolas, e coisas menores, como semáforos, caixas eletrônicos, telões, elevadores, dentre muitos outros. Esses objetos técnicos apresentam utilidades e finalidades bastante determinadas, estão difundidos no espaço geográfico, e, por muitas vezes, significam uma única ou uma das poucas opções para se realizar uma finalidade ou utilidade dentro da vida. A característica deles é que as ações que eles comportam nos lugares tendem a uma restrição severa, fazendo com que usos alternativos sejam virtualmente ineficientes ou inexistentes. Andar pela cidade se encadeia em uma série de ações que pressupõem o respeito às finalidades presentes nesses objetos enquanto fatos dele, isto é, há pouca margem para a construção de outras possibilidades de ação sobre eles do modo que eles estão dados. Andar pela cidade no ritmo dela é, de algum modo, respeitar essa pré-determinação, como se a cidade moderna fosse uma esteira de uma indústria fordista. Daí a importância do espaço banal.

As pessoas negras possuem uma fenomenologia um pouco diferente daquela das pessoas brancas quando o assunto é a cidade. Atravessar a cidade também significa ser olhado pelo outro e interagir com esse prático-inerte, esse conjunto de objetos técnicos, de modo que as ações são condicionadas fortemente por uma camada de ações que não faz interseção

completa com relação àquelas ações feitas pelas pessoas brancas. Existem dois exemplos importantes de objetos técnicos cuja existência é atravessada pela questão racial.

O primeiro objeto está presente no banco e é do senso comum de quem frequenta agências de banco. Com o advento das fintechs, elas perderam a sua importância relativa, porém, continuam, ainda assim, a ser espaços controlados por recortes raciais. A porta giratória do banco é um caso clássico de objeto cuja finalidade ambígua, de segurança geral ou parcial, de controle controle contra todos ou contra alguns, cuja utilidade é atravessada por questões raciais. Para não incorrer no crime de injúria racial, e, com a sua recorrência, no de racismo, as portas giratórias possuem um mecanismo cujo funcionamento é o seguinte. Um detector de metais com significativa sensibilidade trava a porta enquanto a pessoa está em seu interior, em uma zona onde atravessar completamente é impossível e retornar, caso a saída seja travada, também é impossível. Para evitar essa situação de travamento total, colocando a pessoa em cárcere privado, ela somente trava a entrada ao detectar objetos cuja reatividade magnética é relevante, indicando metal ferroso com densidade suficiente. Para evitar que todos que tentem atravessar esse objeto técnico sejam barrados, dado que a vida cotidiana nos força a carregar objetos metálicos, desde cintos, moedas até celulares e sapatos de segurança (contra queda de objetos ou esmagamento por eles), as portas dependem de outros objetos técnicos conjuntos. Primeiro, a parede, costumeiramente transparente, em que a porta está instalada, possui um depósito de uma direção para quem está entrando. Caso algum objeto que a porta giratória detecte o impressa de atravessá-la, ele deve ser depositado ali e retirado somente quando conseguir atravessá-la completamente, condicionando, portanto, a recuperação dos objetos a uma decisão sobre abrir mão de sua privacidade quanto a eles para o público presente. Caso seja um objeto grande o suficiente, armários seguros devem ser utilizados, fazendo com que a pessoa tenha de depositar confiança em uma entidade que não confia nela.

A presença de outro objeto técnico muda tudo. O segurança que fica junto à porta ressignifica a relação de todos com ela. Ele demonstra um poder prático sobre a sua atuação automática. A porta age automaticamente, porém ela possui um inconveniente necessário, que é bloquear tudo que contenha metais em sua composição, muito remotamente esses itens podem ser armamentos que podem vir a ser utilizados para ofender a segurança do banco. Isso faz com que ela tenha de ser desbloqueada eventualmente, sobretudo incluindo também o fato de que

funcionários também acabam por usá-la com alguma recorrência. Ela tem de ser desbloqueada caso a sua sensibilidade seja grande o suficiente para bloquear alguém que tenha se despedido o suficiente para tentar acessar uma agência bancária, e isso diante de todos os presentes, e ainda assim tenha sido bloqueado pela porta. O segurança da porta, portanto, tem a função de desbloquear a porta quando ele possa julgar que não há perigo na pessoa que tenta atravessar a porta giratória em um dado momento, sobretudo sendo um cliente importante que já se despiu de tudo o que pode ofender o maquinário. Ao longo dos usos desse mecanismo por parte das pessoas, isso faz com que esse mecanismo de controle ganhe um significado primeiro ligado ao controle. Em segundo lugar, ligado a um controle diferencial das pessoas, pois alguns acabam por conseguir adentrar agências bancárias mesmo não se despidendo completamente de todos os bolsos e bolsas possíveis, ou por serem da comunidade conhecida da agência. Assim, a população negra veio a possuir um certo constrangimento recorrente em relação a esse objeto técnico enquanto a população branca não sofreu com ele do mesmo modo necessário. A tese dos objetos técnicos racistas, presentes no espaço urbano, se revela desse modo.

Os condomínios fechados, enquanto enclaves fortificados e espaços socioespacialmente segregados, dispõem mecanismos de controles incômodos que possuem um perfil populacional em sua operação. A porta giratória e os portões de entrada nos condomínios (que às vezes segregam moradores de visitantes e de serviçais) se assemelham por serem mecanismos que procuram excluir a figura do indivíduo fonte de perigo, preferindo o indivíduo que pode ser próprio da comunidade. Ainda assim, o sistema de segurança é uma inconveniência, pois exige delegar à segurança contratada o conhecimento da sua rotina e de negar a sua própria possibilidade de acesso direto à sua residência pelo desfavor de impor mecanismos de segurança em favor de se sentir seguro dentro de sua própria casa cercada de grades e muros. Nas ruas, a polícia encarna esse objeto técnico racista que atravessa o espaço urbano em busca daquele indivíduo que é indesejado fora de seu lugar.

O segundo grande exemplo de objeto técnico racista está na existência de bairros inteiros onde um certo recorte racial predomina na população residente em desfavor de outro. Os chamados bairros nobres, sobretudo estes, ou condomínios residenciais, esta versão expandida e autosegregada dos enclaves fortificados, exige um sistema de segurança mais complexo, que reúne segurança privada, com pessoal e equipamentos, e pública, com policiais

e diligências céleres a respeito dos problemas que envolvem a segurança dos seus residentes. A sua desintegração da cidade, pela sua impermeabilidade em relação àquilo que a população de modo geral demandaria, como comércios e serviços, ao restringirem o bairro somente a residências, torna esse tipo de bairro um espaço que não deve ser acessado por estranhos. Quando há comércios e serviços, estes possuem recorte socioeconômico que torna os olhares de fora sobre esse bairro injustificáveis. Só se quer quem é de dentro, assim como nos enclaves fortificados, daí que a população periférica, em sua maioria negra, não se sente como pertencente a esse lugar. Essa anulação do pertencimento é amparado pelos sistemas de segurança, que implicam que cada ação dentro desse lugar, ação com relação a esse objeto, se realizada por alguém que é de fora e não pertence a ele, seja uma ação sob o escrutínio do outro, como ocorre com a porta-giratória.

Os objetos técnicos racistas possuem uma face neutra racialmente, uma aparência teoricamente despida de questões raciais. Porém, na sua aplicação prática, eles existem efetivamente com um recorte racial. Daí ser fundamental observar os objetos técnicos a partir do critério histórico da raça.

7. O CASO RECENTE DA PANDEMIA DE COVID-19

A população negra foi posta para viver, de maneira geral, e em maior proporção que a população branca, nos lugares mais precários realizando os trabalhos mais precários. Isso é, em grande parte, senso comum. No contexto de um patógeno que teve maior facilidade de circulação em contexto urbano adensado, o SARS-CoV-2, gerando uma doença cujo vetor humano se propaga pelo ar, é uma prova importante do fato de que a população negra vive a cidade de maneira diferente, provando a segregação socioespacial. A cidade, sobretudo no caso da capital paulista, reduto do maior quantitativo populacional urbano brasileiro, é um objeto técnico cuja relação que os indivíduos estabelecem com ela apresenta diferenças com base na raça dele. No caso da presença do patógeno, a ação possibilitada pela cidade resultou, de modo sistemático, na pandemia.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da segregação socioespacial no contexto urbano brasileiro, sob a ótica dos objetos técnicos enquanto objetos técnicos racistas, revela um panorama complexo e multifacetado de exclusão e discriminação que perpassa o cotidiano das cidades. Ao dialogar a teoria da geografia de Milton Santos (2011) e a ecologia humana da Escola de Chicago, na figura de Robert Ezra Park (2018), dentre outros autores, o presente texto destaca como os objetos técnicos, que podem aparentar neutralidade, efetivamente incorporam e perpetuam o racismo em nossa sociedade. Primeiramente, ao abordar a segregação socioespacial como fenômeno urbano, evidencia-se que esta não é uma mera consequência casuística do desenvolvimento urbano, mas, muito pelo contrário, um resultado histórico da produção e reprodução do espaço urbano sob o capitalismo. A segregação apresenta geograficamente a divisão de classes e sua luta, manifestando-se de maneiras diversas ao longo da história brasileira, desde a segregação residencial até os enclaves fortificados contemporâneos apontados por Teresa Caldeira (2011).

A teoria ecológica de Robert Ezra Park (2018) nos permite entender a cidade como um ambiente onde os comportamentos individuais e grupais são influenciados pela estrutura urbana, resultando em regiões naturais que apresentam e reforçam a segregação social. Esses espaços, longe de serem neutros, são moldados por um planejamento urbano que muitas vezes reforça desigualdades preexistentes. O meio dado aos indivíduos e a dinâmica comportamental deles, nessa perspectiva, se dependem mutuamente para tornar a segregação socioespacial uma expressão da cidade capitalista.

O planejamento urbano, ao definir os habitats e situações dentro da cidade, cria condições específicas de vida para diferentes grupos sociais. Estas regiões naturais, fruto da intersecção entre as ações do Mercado, do Estado e dos comportamentos individuais, resultam em espaços urbanos que servem a interesses específicos, nitidamente capitalistas, frequentemente levando à constituição de populações racializadas vulneráveis.

Milton Santos (2011), com sua ontologia do espaço, contribui para aprofundar a análise da relação entre espaço urbano e segregação socioespacial. Sua teoria destaca como os objetos

técnicos, ao se cristalizarem nas relações sociais, moldam as possibilidades de ação dos indivíduos. No contexto urbano, os objetos técnicos racistas são instrumentos de exclusão socioespacial, limitando as oportunidades de interação e mobilidade das populações negras.

Os exemplos das agências bancárias e dos condomínios fechados ilustram claramente como os objetos técnicos podem ser utilizados para perpetuar a segregação socioespacial no interior de uma sociedade racializada. A porta giratória do banco, por exemplo, serve como um mecanismo de controle que discrimina sutilmente contra indivíduos de certos indivíduos racializados, enquanto os sistemas de segurança dos condomínios fechados reforçam a segregação ao criar barreiras físicas e simbólicas entre grupos sociais a partir de traços raciais.

A pandemia de COVID-19 trouxe à tona as disparidades raciais de maneira ainda mais evidente. A população negra, majoritariamente ocupando áreas precárias e realizando trabalhos essenciais, foi desproporcionalmente afetada pelo vírus, evidenciando a relação entre segregação socioespacial e vulnerabilidade à saúde.

Os objetos técnicos racistas no espaço urbano são manifestações concretas de uma estrutura social que perpetua o racismo em nossa sociedade. A análise crítica desses objetos e suas implicações para o planejamento urbano é essencial para a construção de um novo conjunto de dinâmicas socioespaciais que superem a exclusão, promovendo uma cidade mais justa e inclusiva. A teoria miltoniana da geografia, ao enfatizar a interdependência entre sistemas de objetos e ações, oferece um marco teórico robusto para explorar as possibilidades de transformação do espaço urbano em direção a uma prática efetivamente emancipadora.

5. REFERÊNCIAS

ABREU, M. A. O estudo geográfico da cidade no Brasil: evolução e avaliação. In: CARLOS, A. F. A. (org.). **Os Caminhos da reflexão sobre a cidade e o urbano**. São Paulo: Edusp, 1994. p. 199-322.

CALDEIRA, T. P. R. 2011. **Cidade de Muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. 3. ed. São Paulo: 34; EDUSP.

EUFRASIO, M. A. 2013. **Estrutura Urbana e Ecologia Humana**: a escola sociológica de Chicago (1915–1940). 2. ed. São Paulo: Editora 34.

MARX, K; ENGELS, F. 1999 [1848]. **Manifesto Comunista**. São Paulo: Boitempo.

MONBEIG, Pierre. O estudo geográfico das cidades. Boletim Geográfico, IBGE. ano 1, nº 7, p. 7-29, outubro de 1943.

PARK, R. E. 2018. **A Sociologia Urbana**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ.

ROLNIK, R. 2022. **São Paulo**: o planejamento da desigualdade. São Paulo: Fósforo.

SANTOS, M. 2011. **A Natureza do Espaço**. Técnica e tempo. Razão e emoção. 4. ed. São Paulo: Edusp.

SMITH, N. 2010. **Uneven Development**: nature, capital and the production of space. 3. ed. London; New York: Verso.

CARNEIRO, S. 2023. “Poder, saber e subjetivação”. IN: _____. Dispositivo de racialidade: a construção do outro como não ser como fundamento do ser. Rio de Janeiro: Zahar. pp. 25–134.

VASCONCELOS, P. A. A aplicação do conceito de segregação residencial ao contexto brasileiro na longa duração. **CIDADES**. v. 1, n. 2, 2004, p. 259-274.